

direito ambiental

▷ **CLASSIFICAÇÃO DE MEIO AMBIENTE:** "conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

→ **meio ambiente natural:** refere-se ao espaço composto pelas elementos da Natureza, tais como flora, fauna, micro-organismos, águas, atmosfera, solo e subsolo, os quais interagem entre si pl assegurar o equilíbrio dos ecossistemas.

→ **meio ambiente artificial:** refere-se ao espaço construído pelo engenho humano - a cidade -, que proporciona aos seus habitantes as condições pl exercer funções básicas como morar, trabalhar, circular, etc.

→ **meio ambiente cultural:** é composto pelos elementos naturais e artificiais, materiais e imateriais, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, que revelam, portanto, a cultura, a história e a forma de viver, fazer e criar das gerações passadas de nossa civilização.

→ **meio ambiente do trabalho:** consiste no local onde as pessoas desenvolvem suas atividades laborais, e cuja salubridade deve ser permanentemente mantida com vistas a evitar o desenvolvimento de doenças e preservar a saúde física e mental do trabalhador.

princípios:

→ **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** algumas atividades podem acabar comprometendo a qualidade do meio ambiente e a disponibilidade dos recursos naturais e, conseqüentemente, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas.

Como a coletividade tem a necessidade e o direito inalienável ao desenvolvimento, mas também a necessidade e o direito inalienável ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é preciso buscar e implementar mecanismos que possibilitem a convivência desses direitos, já que um não pode se sobrepor ao outro.

Devem ser aplicadas as melhores práticas de gestão

ambiental, impedindo a degradação do meio ambiente, e a mais avançada tecnologia para garantir o uso racional dos recursos naturais, evitando o seu esgotamento.

→ **PREVENÇÃO:** a forma mais eficiente de se resguardar o direito da coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é evitando as ações e omissões de terceiros (incluindo o Poder Público), o princípio da prevenção exige que todas as iniciativas, obras ou atividades que possam causar um dano ambiental sejam impedidas ou interrompidas antes que o dano se concretize.

O princípio da prevenção tem aplicação no campo legislativo, administrativo e judicial.

→ **PRECAUÇÃO:** tem como objetivo evitar danos ambientais, porém não deve ser confundido com o princípio da prevenção.

importante → prevenção é quando se pode afirmar, através do conhecimento científico, que tal fato ocorrerá e causará um dano ambiental, já a precaução é quando não se tem certeza sobre o dano, mas, apesar disso há elementos suficientes para indicar a probabilidade de ocorrer um dano.

→ **FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE:** a propriedade é um direito fundamental previsto pela CF, e além disso, o CC determina que este direito seja exercido "em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, a beleza natural, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

A função social da propriedade urbana é cumprida quando ela atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (art. 182, § 2º).

A função da propriedade rural é cumprida quando ela atende, de forma simultânea os seguintes requisitos: 1- aproveitamento racional e adequado; 2- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; 3- observância das

disposições que regulam as relações de trabalho; 4- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

→ **INFORMAÇÃO AMBIENTAL:** visa garantir que a coletividade tenha conhecimento pleno das questões relacionadas ao meio ambiente, e, com tal conhecimento, consiga formar uma opinião sobre os problemas ambientais e participar de discussões sobre o assunto de forma consciente.

Para que esse princípio funcione, é necessário que o Poder Público passe por os cidadãos informações claras e objetivas sobre o estado atual do meio ambiente.

* **Lei 10.650/2003: Lei de Acesso à Informação Ambiental.**

↳ além dessa lei o órgão ambiental deverá publicar no Diário Oficial os dados sobre qualquer assunto.

→ **PARTICIPAÇÃO POPULAR:** já que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos, é de se esperar que todos possam intervir nas macroquestões ambientais relacionadas à definição e implantação de normas e políticas públicas.

→ **POLUIDOR - PAGADOR:** as atividades econômicas e industriais produzem externalidades positivas e negativas.

* **positivas:** benefícios gerados à sociedade, sem que lhes cobre por isso.

* **negativas:** malefícios provocados à sociedade.

Para que a situação não fique injusta por quem ~~sofre~~ sofre as consequências e quem causa o dano, o princípio em questão determina a indenização das externalidades ambientais negativas.

→ **USUÁRIO - PAGADOR:** aquele que utilizar recursos ambientais com fins econômicos ou utilizar de forma privativa recursos ambientais escassos deve pagar uma contribuição financeira à coletividade, ainda que de forma indireta.

* **Lei 6.938/81**

1. A contribuição deve ser paga pelo usuário ao Poder Público p/ que este, na qualidade de gestor, possa destinar o valor p/ que esta usado com medidas de proteção.

• **ex:** cobrança pelo uso da água